

## ambiente



# Amazônia sob Bolsonaro

## Reduto do presidente, pelo madeireiro vê cerco se apertar

Em contraste com o resto do Pará, Uruará apoiou em massa Bolsonaro; mas a expectativa de menor fiscalização ambiental e regularização fundiária se viu frustrada de 2018 para cá

Fabiano Maisonave e Lalo de Almeida

**URUARÁ (PA)** Após anos de relação tensa com o Ibama, em 2018 os uruarenses votaram em peso em Jair Bolsonaro. Foram atraídos pela expectativa de relaxamento na fiscalização ambiental, o que aliviaria a pressão sobre as madeiras da cidade, e de regularização fundiária de posseiros e invasores dentro da Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, a mais desmatada da Amazônia,

Isso, porém, não aconteceu —e, nos últimos meses, a repressão à extração ilegal de madeira e ao desmatamento até aumentou em Uruará, município surgido no rastro da rodovia Transamazônica e que, até hoje sem acesso asfaltado, padece do isolamento geográfico e de falta de alternativas econômicas.

Dois fatores pesaram. Ao contrário do que se imagina, recentes mudanças normativas sobre o comércio de madeira não impactaram a fiscalização em campo. Além disso, diferentemente de outras operações na Amazônia, o combate ao desmatamento na TI Cachoeira Seca foi comandado pelo Ibama e sem a participação de militares, que se opõem à destruição de bens de infratores ambientais.

Durante a presença permanente do Ibama, entre abril e setembro, houve queda de 86% no desmatamento, segundo monitoramento via satélite Sirad X, da Rede Xingu\*. Neste ano, houve o desmate de 729 hectares. No mesmo período de 2019, o estrago chegou a 5,521 hectares.

No front contra a extração ilegal de madeira, o Ibama, neste caso com o apoio do Exército, literalmente desmontou, entre maio e julho, 28 das pelo menos 44 serrarias do município, um dos principais polos madeireiros do Pará, o maior estado produtor de madeira da Amazônia.

Ação apreendeu 200 equipamentos, 719 m<sup>3</sup> de madeira (algo como 35 caminhões carregados) e aplicou R\$ 12,3 milhões em multas. Essas informações, incluídas no balanço da Operação Verde Brasil 2, são do Ministério da Defesa.

Boa parte dessas madeiras está concentrada no beco da Morte, longueta de terra na periferia de Uruará, distante 1,06 km a sudeste de Belém, por rodovias. Quando a Folha esteve na região, em meados de julho, todas as serrarias ali estavam paradas. Algumas já haviam sido desmanteladas.

Nenhum madeireiro quis gravar entrevista. Um dos que tiveram os equipamentos confiscados, conhecido como Zé Gordo, disse que não iria "defender o torto". Em conversa informal, outro madeireiro afirmou que o beco da Morte nunca havia sofrido um revê-tão grande e que era a primeira vez que o Exército participava de uma operação ali.

Além do Ibama e do Exército, a Polícia Federal também atuou neste ano na região. Em 29 de julho, foi deflagrada a Operação Carranca, após quatro anos de investigações. Segundo a PF, Uruará e mais dois municípios da região concentram madeireiros

### +

#### Mudanças nas normas sob Bolsonaro

**11.abr.19** Ministério do Meio Ambiente anuncia o Núcleo de Conciliação Ambiental, para análise preliminar das autuações e da validade dos autos de infração e poder para anular as autuações. Núcleos até hoje não foram implantados de forma plena, prolongando processos e abrindo caminho para prescrição e anulação das multas

**7.abr.19** Governo brasileiro retira a proposta de inclusão do ipê-amarelo (*Handroanthus alba*) no apêndice 2 da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção, que inclui espécies não necessariamente ameaçadas de extinção mas cujo comércio deve ser controlado. A árvore é uma das mais valorizadas e cobiçadas da Amazônia

**30.jan.20** Instrução Normativa nº 2 abre punição ao estabelecer que desmatamentos fora de áreas de preservação permanente não serão passíveis de embargo, punição mais severa do que multa por bloquear financiamento e crédito rural

**21.fev.20** Instrução Normativa nº 7 estabelece a Declaração Única de Exportação, por meio da qual o órgão ambiental passa a controlar a exportação "a posteriori". Medida dispensa exportadores da fiscalização presencial do Ibama, que passa a ter acesso aos dados informados pelas empresas após a saída da madeira do país

**25.fev.20** Despacho Interpretativo 7036.900 extingue a necessidade de autorização do Ibama para exportação de madeira, substituindo a exigência do documento pelo registro do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais, alimentado pelos empreendedores. Medida facilita a exportação legal ao restringir a fiscalização presencial a casos especiais

**19.abr.20** Resolução 495 do Conama prorroga as Autorizações de Exploração Florestal na categoria manejo sustentável por 12 meses, mediante simples requerimento. Alega, entre outros fatores, a pandemia de Covid-19

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, IBGE e base do IRPF elaborada pela FGV Social

de pouco poder econômico, que atuam na linha de frente da extração ilegal de madeira.

Um dos mandados de busca e apreensão ocorreu na casa do então secretário de Administração de Uruará, Bruno Cerutti do Valle. Ao perceber a chegada dos policiais, ele tentou dar a descarga em seu celular, mas o aparelho ficou entalado na privada. Preso em flagrante por posse de duas armas de fogo com registro vencido, foi solto dois dias depois.

Valle acumula autuações ambientais por desmatamento ilegal de 50 hectares e por não enviar relatório sobre um plano de manejo de madeira em seu nome. Em 2019, era secretário de Meio Ambiente de Uruará, responsável pelo licenciamento de serrarias. Ele não respondeu aos pedidos de entrevista da reportagem.

Houve também fiscalização estadual. Reforçada com cerca de R\$ 90 milhões provenientes da Operação Lava Jato, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com as Polícias Civil e Militar, apreendeu 240 m<sup>3</sup> de madeira, fechou seis serrarias clandestinas e prendeu dez pessoas, além do embargo de 1,500 hectares.

Finalmente, em novembro, a Justiça Federal em Altamira acatou ação civil pública do Ministério Público Federal para que a Funai e a União apresentem, em até 90 dias, um plano de desintrusão da TI Cachoeira Seca, incluindo levantamento dos ocupantes de boa-fé para que sejam retirados mediante indenização.

O desmonte das serrarias foi a resposta do governo federal a um ataque contra uma equipe do Ibama em Uruará. No dia 5 de maio, os agentes ambientais, escoltados pela Força Nacional, foram bloqueados por homens ligados a madeiras na rodovia Trans-Uruará, após fiscalizarem uma área de extração ilegal.

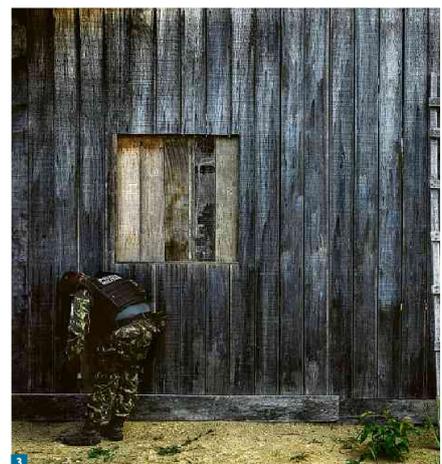
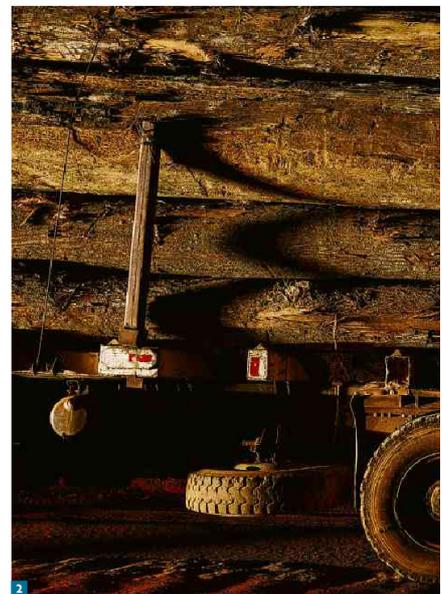
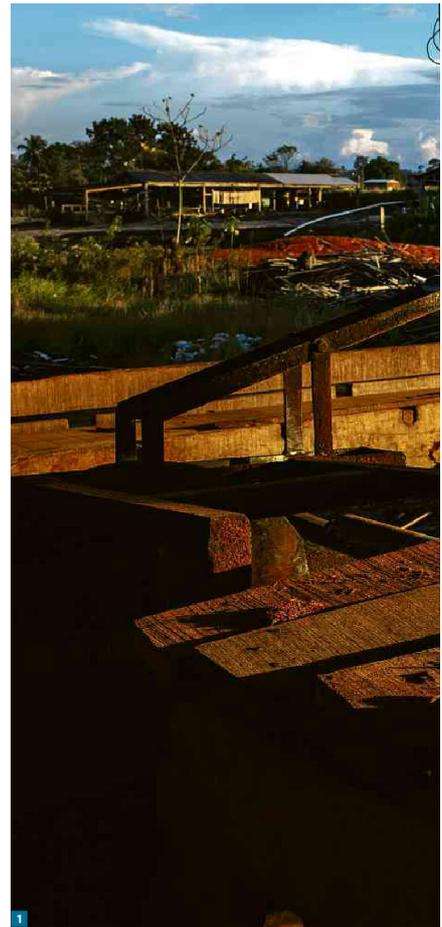
A revolta se devia à destruição, pelo Ibama, de tratores e caminhões de um madeireiro. Na discussão, um fiscal ambiental levou uma garrafada no rosto. O vídeo da agressão foi veiculado nos principais meios de comunicação do país.

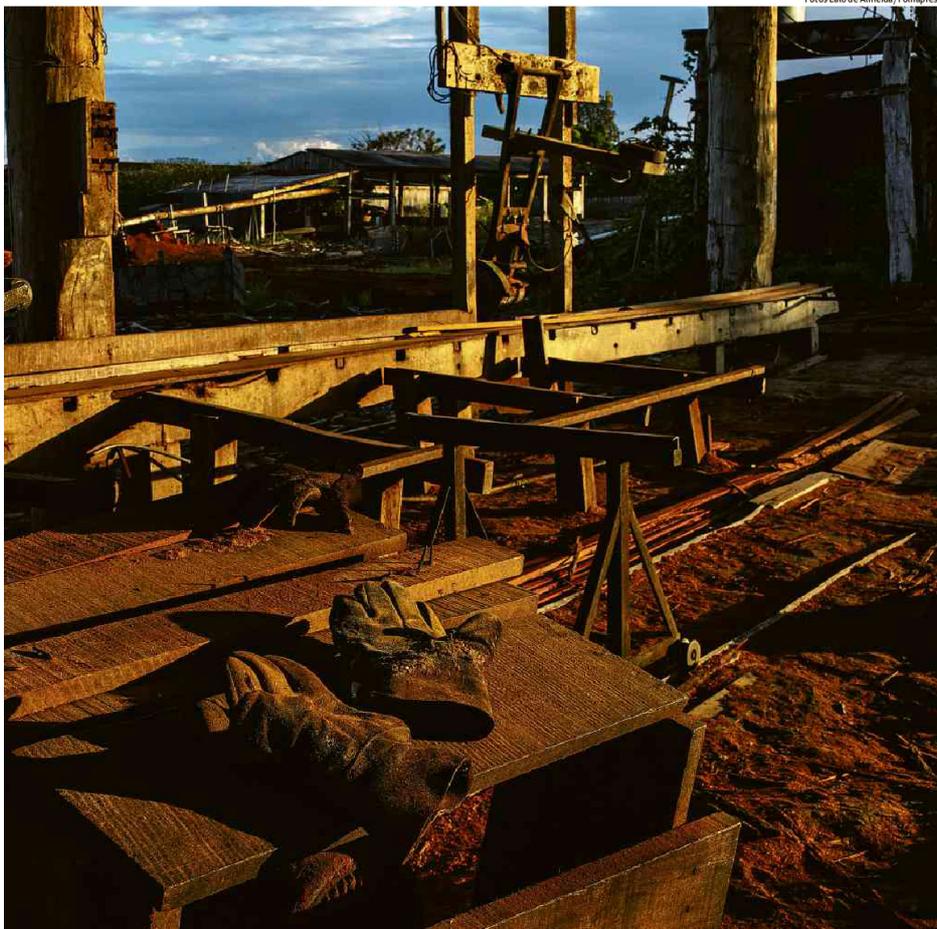
Não se tratou de um fato isolado. Uruará tem longo histórico de reações violentas à fiscalização ambiental. Por segurança, o Ibama parou de se hospedar nos hotéis da cidade, onde os fiscais só circulam escoltados pelo Exército.

Em junho, moradores de Uruará foram em comitiva a Brasília, distante 2,095 km, para levar reivindicações a Bolsonaro. Segundo os organizadores, foram cerca de 50 pessoas. A bordo de camionetes, um grupo levou dois dias, só de ida. Já o ônibus com posseiros precisou do dobro do tempo de viagem, quatro dias.

Vestindo camisas amarelas com a inscrição "Amazônia é dos Brasileiros", o grupo conseguiu falar com Bolsonaro por cerca de quatro minutos. Os porta-vozes do grupo pediram a regularização fundiária, reclamaram da homologação da TI Cachoeira Seca, em 2016, e criticaram a suposta truculência do Ibama.

"Nos últimos 15 anos, só chegou fiscalização. Nunca chegou ninguém para regularização", disse um dos uruarenses. "Te-





Fotos Lalo de Almeida / Folhapress

**Acompanhe a série**

A **Folha** publica neste domingo (13) um novo capítulo da série "Amazônia sob Bolsonaro", que mostra as mudanças e as pressões na maior floresta tropical do mundo durante o atual governo e os desafios para mantê-la em pé. Acompanhe em [folha.com/amazonia-sob-bolsonaro](#)

no uma serraria, toda legal. Está bloqueada", disse outro.

Após ouvir as reivindicações, Bolsonaro afirmou: "Sei dos problemas, não tenho o poder de avançar muito. É o aparelhamento de pessoas, de legislação. Você mexer num decreto ambiental, tem de ser uma lei. E eu, não fazendo muita coisa, já ajudei vocês."

"A grande maioria das pessoas acredita no governo", afirma o advogado Leonardo Sidônio, que integrou a comissão e defende madeireiros. "Sabemos que o governo está sob pressão de organismos internacionais, de países, de ONGs, de organizações financeiras."

Em contraste com o Pará, único estado fora do Nordeste onde Fernando Haddad (PT) venceu no segundo turno, os uruarenses optaram por Bolsonaro em ambas as votações. No primeiro turno, obteve 55,4% dos votos. Contra o petista, subiu para 66,7%.

Bolsonaro afrouxou diversas normas para a indústria madeireira, mas fiscais ouvidos pela reportagem afirmam que elas não impactaram as áreas de extração ilegal. Isso porque as mudanças recentes favoreceram principalmente empresas exportadoras, de maior poder econômico. Não é o caso das serrarias de Uruará, muitas fornecedoras dessas empresas maiores.

Como em outras regiões da Amazônia, o esgotamento do estoque de árvores dos planos de manejo e em posses e propriedades privadas leva os madeireiros a roubar a matéria-prima de áreas protegidas.

Em Uruará, a principal fonte tem sido Cachoeira Seca, onde habita um grupo do povo arara contatado em 1987. Um levantamento do Instituto Socioambiental mapeou 894 km de estradas ilegais dentro da TI, uma das poucas áreas da região com o valioso ipê.

Para esquentar a madeira na região, a fiscalização, que inclui ainda a Polícia Rodoviária Federal, identificou diversas fraudes, como inflar a quantidade e o tamanho de árvores dentro de planos de manejo e usar créditos de extração de madeira de Mato Grosso.

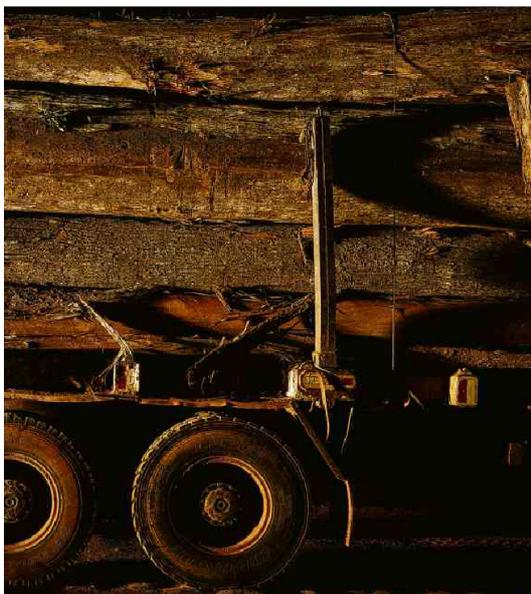
Embora a extração da madeira faça apenas o corte seletivo de árvores, a atividade costuma abrir caminho para o desmatamento.

É o que acontece em Cachoeira Seca, onde novos invasores se misturaram com famílias ocupantes de boa-fé, já que a terra indígena foi demarcada sobre assentamentos do Inra. A maioria é da década de 1970, mas um deles, Macaná I, foi criado em 2006, no governo Lula (PT), já com a demarcação em andamento.

O imbróglio contribuiu para o caos fundiário do município, mais regra do que exceção na Amazônia. Um levantamento da pesquisadora Brenda Brito, do Imazon, revela que os imóveis titulados no município somam 91,5 mil hectares. Já a área não destinada ou semiinformação chega a 558 mil hectares. Os números, de 2017, não incluem assentamentos.

Colaborou Monica Prestes.

Este projeto foi patrocinado pela Climate News, um site britânico de notícias climáticas



**Amazônia sob Bolsonaro**

Uruará (PA), polo madeireiro na Amazônia



- **População:** 45.435 (3.871º do Brasil)
- **Renda média:** R\$ 191,36 (3.871º do Brasil)
- **Patrimônio líquido médio:** R\$ 5.293,34 (3.220º do Brasil)
- **Declarantes de imposto de Renda:** 4,35% da população (3.870º do Brasil)

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, IBGE e base do IRPF elaborada pela FGV Social



- 1 Serraria parada por causa da Operação Brasil Verde 2
- 2 Caminhão detido por transporte ilegal de madeira
- 3 Policial militar inspeciona casa em área de extração ilegal
- 4 Agricultor trabalha em projeto Sementes da Floresta

